



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

URFBio Centro Norte - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

Parecer Técnico IEF/URFBIO CN - NUREG nº. 26/2022

Sete Lagoas, 14 de setembro de 2022.

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Carvalho Energia Solar Jequitiba 1 Ltda	CPF/CNPJ: 44.851.922/0001-88
Endereço: R Expedicionario Paulo de Souza, 620	Bairro: Itatiaia
Município: Belo Horizonte	UF: MG
Telefone: (38) 9 9955-1889	CEP: 31.360-270
E-mail: agapeambiental@yahoo.com.br	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

() Sim, ir para o item 3 (X) Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: LF Agropastoril Ltda	CPF/CNPJ: 38.505.071/0001-19
Endereço: Rua Engenheiro Saetano Lopes, 280, apto 601, sala 01	Bairro: Sion
Município: Belo Horizonte	UF: MG
Telefone: (38) 9 9955-1889	CEP: 35.763-000
E-mail: agapeambiental@yahoo.com.br	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: "CERRADINHO", "PINDAIBAS", "CAPÃO DO VITOR" E "POÇÕES"	Área Total (ha): 150,1654
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 54.934 e 54.937	Município/UF: Jequitibá /MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3135704-2661.6E6F.57AB.4141.BA32.C35A.D405.2132	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	223	un

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	223	un	23 K	7867566	603269

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Geração de Energia	Usina solar fotovoltaica	8,7

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Área antropizada com árvores isoladas		8,7

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha	Lenha de floresta nativa	6,7412	m³
Madeira	Madeira de floresta nativa	49,0608	m³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 31 de agosto de 2022.

Data da vistoria: 22 de setembro de 2022.

Data de emissão do parecer técnico: 29 de setembro de 2022.

2. OBJETIVO

A intervenção ambiental tem por objetivo a regularização do corte e aproveitamento de 223 árvores isoladas nativas, para a implantação do empreendimento de usina fotovoltaica na fazenda "CERRADINHO", "PINDAIBAS", "CAPÃO DO VITOR" E "POÇÕES", município de Jequitibá/MG.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

A área de intervenção está localizada na fazenda denominação "CERRADINHO", "PINDAIBAS", "CAPÃO DO VITOR" E "POÇÕES", na zona rural do município de Jequitibá, Minas Gerais, conta com área total de 150,1654 hectares (7,5083 Módulos Fiscais) como descrito no Cadastro Ambiental Rural disponibilizado (documento 51396261). O imóvel com certidões de registro sob o número 54.934 e 54.937, do livro nº 2, Cartório 2º de Registros de Imóveis de Sete Lagoas, MG.

O imóvel rural está sendo utilizado atualmente para o desenvolvimento de atividades agropastoris.

A área está inserida no Bioma Cerrado e apresenta cobertura vegetal com presença de pastagem com árvores isoladas e cerrado. O relevo é plano a ligeiramente ondulado. Está inserida na sub-bacia SF5 - CBH Rio das Velhas e bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3135704-2661.6E6F.57AB.4141.BA32.C35A.D405.2132

- Área total: 150,1654 ha

- Área de reserva legal: 30,2836 ha

- Área de preservação permanente: 2,0869 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 91,9925 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 30,2836 ha

() A área está em recuperação:

() A área deverá ser recuperada:

A área proposta para reserva legal é composta por um fragmento de cerrado, campo cerrado além de apresentar um fragmento de vegetação de floresta semidecidual estacional. A reserva se encontra em bom estado de conservação, com área total de 30,2836 ha conforme dados do CAR.

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

Não se aplica

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 1

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a análise técnica. A localização e composição da Reserva Legal está de acordo com a legislação vigente contudo, a área de preservação permanente do imóvel encontra-se sem a presença de vegetação.

Cabe ressaltar que, conforme art. 25 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102, de 26 de outubro de 2021, a conformidade da Reserva Legal e da Área de Preservação Permanente dos imóveis em relação à legislação vigente deverá ser verificada no âmbito da análise do requerimento de intervenção ambiental, **excetuados os casos de plano de manejo sustentável em área comum e o corte de árvores isoladas.**

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Foi requerida neste processo o Corte ou aproveitamento de 223 árvores isoladas nativas vivas, em área de 8,7 ha, no município de Jequitibá. É pretendido com a intervenção a utilização da área para instalação de usina solar fotovoltaica.

Conforme declarado no requerimento SEI (documento 51396243), o empreendimento consiste em uma usina solar fotovoltaica com uma potência nominal do inversor de 2,5 Megawatts (MW), ocupando aproximadamente

8,7 hectares do imóvel registrado na matrícula 54.934 e 54.937 do Cartório 2º Registros de Imóveis (documento 51396259 e 51396260), sendo uma única propriedade denominada Fazenda "Cerradinho", "Pindaibas", "Capão do Vitor" e "Poções".

De acordo com dados declarados no CAR - Cadastro Ambiental Rural (documento 51396261) possui área total de 150,1654 hectares, correspondente à 7,5083 módulos fiscais, e segundo IDE Sisema a propriedade está inserida no Bioma Cerrado.

A área requerida possui vegetação com pastagem e presença de árvores isoladas. Trata-se de uma área com bom potencial ao fim que se propõe devido a sua topografia e insolação.

A propriedade conta com área de preservação permanente declarada no CAR com área de 2,0869 ha. Porém, o local de intervenção não se encontram áreas de preservação permanente e não está inserido em área de Reserva Legal.

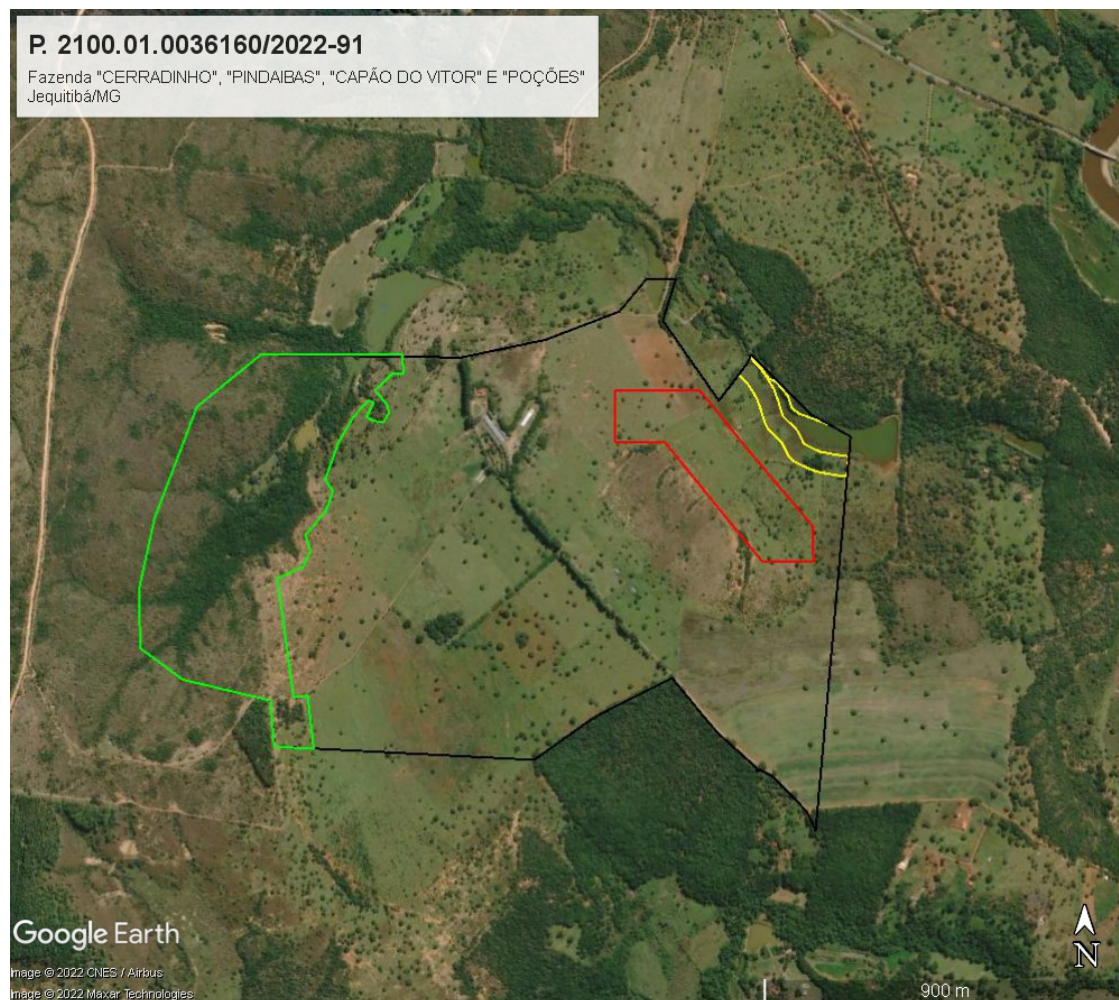


Figura 1: Área do Imóvel (polígono preto) e Reserva Legal (polígono verde) e área preservação permanente (polígono amarelo) e área de interesse de supressão (polígono vermelho).

O responsável pela intervenção ambiental é a CARVALHO ENERGIA SOLAR JEQUITIBA 1 LTDA, CNPJ: 44.851.922/0001-88.

O responsável técnico é o engenheira florestal Victor Ferreira da Silva, CREA 7159048, ART MG20221193426 (documento 51396264), sendo o responsável técnico pela elaboração do Projeto de Intervenção Ambiental apresentando (documento 51396263).

Foi apontado no projeto que a tipologia vegetacional do imóvel pode ser descrita como cerrado, se dando pela presença de espécies características do cerrado.

Dentre as espécies identificadas com maior frequência aparente na área de intervenção foram: *Eugenia dysenterica*, *Qualea grandiflora*, *Magonia pubescens* e *Caryocar brasiliense* entre outras.

Foram encontrados indivíduos protegidos por lei, os quais também serão objetos de supressão, de acordo com o Projeto de Intervenção Ambiental apresentado, dentre a listagem de espécies para o corte estão 16 (dezesseis) pequizeiros, *Caryocar brasiliense*. Para a compensação da supressão desses indivíduos, foi apresentado ofício (documento 51396325) solicitando a compensação por meio de recolhimento da taxa como descrito na lei 20.308 de 27 de julho de 2012.

Sendo assim, como disposto na lei pela compensação do pequizeiro o recolhimento de 100 Ufemgs (Unidade Fiscais do Estado de Minas Gerais) por árvore suprimida, correspondendo ao valor de 1600 (Um mil e seiscentos) Ufemgs.

O rendimento estimado para a área total requerida é de 6,7412 m³ de lenha de floresta nativa e de 49,0608 m³

de madeira de floresta nativa. Os produtos florestais in natura serão utilizados internamente no imóvel ou empreendimento.

Taxa de Expediente: DAE 1401191764559, Valor R\$ 634,45, Data pagamento 03/06/2022. (SEI 51396267). - referente ao corte de árvores isoladas nativas vivas em área de 8,7 hectares.

Taxa florestal de lenha: DAE 2901191768625, Valor R\$ 45,02, Data pagamento 03/06/2022 (SEI 51396321) referente a 6,7412 m³ de lenha de floresta nativa.

Taxa florestal de madeira: DAE 2901191765812, Valor R\$ 2.188,22 Data pagamento 03/06/2022 (SEI 51396322) referente a 49,0608 m³ de madeira de floresta nativa.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23119621

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Média.

- Vulnerabilidade do solo: Baixa.

- Potencialidade de ocorrências de cavidades: Muito alta.

- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa.

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Não se aplica

- Unidade de conservação: Não se aplica

- Áreas indígenas ou quilombolas: Não se aplica

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

A propriedade utiliza a área do imóvel para desenvolvimento de atividades agrossilvipastoril.

O requerimento solicitado indica a alteração da função da área, consiste em uma usina solar fotovoltaica com potência nominal do inversor de 2,5 MW.

Do ponto de vista ambiental, a importância da energia solar é por ser gerada sem emitir gases responsáveis pelo efeito estufa, sendo uma energia alternativa, limpa e renovável. Neste sentido, é fundamental que a população incentive a utilização dessa tecnologia a fim de melhorar sua relação com a natureza, favorecendo populações não abastecidas pela energia elétrica convencional. Além disso, é possível reduzir o consumo de energia elétrica e proteger as gerações futuras.

- Atividades desenvolvidas: E-02-06-2 - Usina Solar Fotovoltaica

- Atividades licenciadas: -

- Classe do empreendimento: 1

- Critério locacional: 1

- Modalidade de licenciamento: Não passível - Dispensa de Licenciamento pelo potencial de produção.

- Número do documento: Não se aplica

4.3 Vistoria realizada:

No dia 22 de setembro de 2022 foi realizada a vistoria técnica na Fazenda "CERRADINHO", "PINDAIBAS", "CAPÃO DO VITOR" E "POÇÕES", no município de Jequitibá com o intuito de verificar o requerimento do processo SEI 2100.01.0036160/2022-91 para o corte de 223 árvores isoladas nativas vivas, em área de 8,7 hectares com o intuito da instalação de uma usina solar fotovoltaica com produção pretendida e declarada de 2,5 MW.

Pela vistoria foi possível a constatação dos indivíduos declarados a serem suprimidos na área requerida para a intervenção.

Foi observada diversas árvores isoladas características do bioma cerrado em meio a uma área que era anteriormente destinada a pastagem.

Foi observado a presença do Pequizeiro (*Caryocar brasiliense*) como já declarado.



Figura 1: Vista da área requerida para corte de árvores isoladas nativas

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: o imóvel possui topografia plana.

- Solo: Latossolo Vermelho-Amarelo.

- Hidrografia: O imóvel está inserido na bacia do Rio das Velhas (UPGRH SF5) além da presença de uma represa artificial com espelho d'água de 2,0 hectares que faz divisa com outras propriedades.

4.3.2 Características biológicas:

Segundo estudos apresentados e vistoria realizada:

- **Vegetação**: A vegetação é composta em grande parte por locais isolados e alternados de vegetação nativa, não formando entre si conexões, assim também não havendo possibilidade de deslocamento de flora e fauna entre si. A tipologia vegetacional pode ser descrita como cerrado, essa característica se dá pela presença de espécies características do cerrado, a área de intervenção também se encontra no bioma cerrado. Seu estado de conservação é muito baixo ou até mesmo nulo a depender do local amostrado.

Dentre as espécies levantadas na área de intervenção para supressão estão presentes em maior quantidade: *Eugenia dysenterica*, *Qualea grandiflora*, *Magonia pubescens*, *Caryocar brasiliense*, *Pterodon emarginatus* e *Plathymenia foliolosa*.

- **Fauna**: Devido a antropização da área, durante a vistoria não foi observado espécies de fauna comuns ou ameaçadas.

4.4 Alternativa técnica e locacional:

Não se aplica.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Após análise da documentação apresentada no processo entende-se que o requerente apresentou elementos técnicos suficientes para apreciação. Foram considerados as normas ambientais vigentes, assim como os estudos ambientais, mapas e arquivos *shapefile* apresentados no processo. O responsável técnico pela elaboração dos estudos foi o Eng. Florestal Victor Ferreira da Silva (CREA/MG: 224547/D).

A intervenção visa a utilização da área para fins de instalação de usina solar fotovoltaica, sendo requerida uma área de 8,7 hectares com o corte de 223 árvores isoladas nativas vivas para supressão. A atividade é passível de dispensa de licenciamento ambiental, usina solar fotovoltaica atividade listada na DN 217/17, código E-02-06-2, possuindo potencia de geração de energia de 2,5 MW.

Foi apresentado uma planta topográfica (documento 51396265) onde é evidenciado a área de interesse para supressão com pontos dos indivíduos a serem suprimidos.

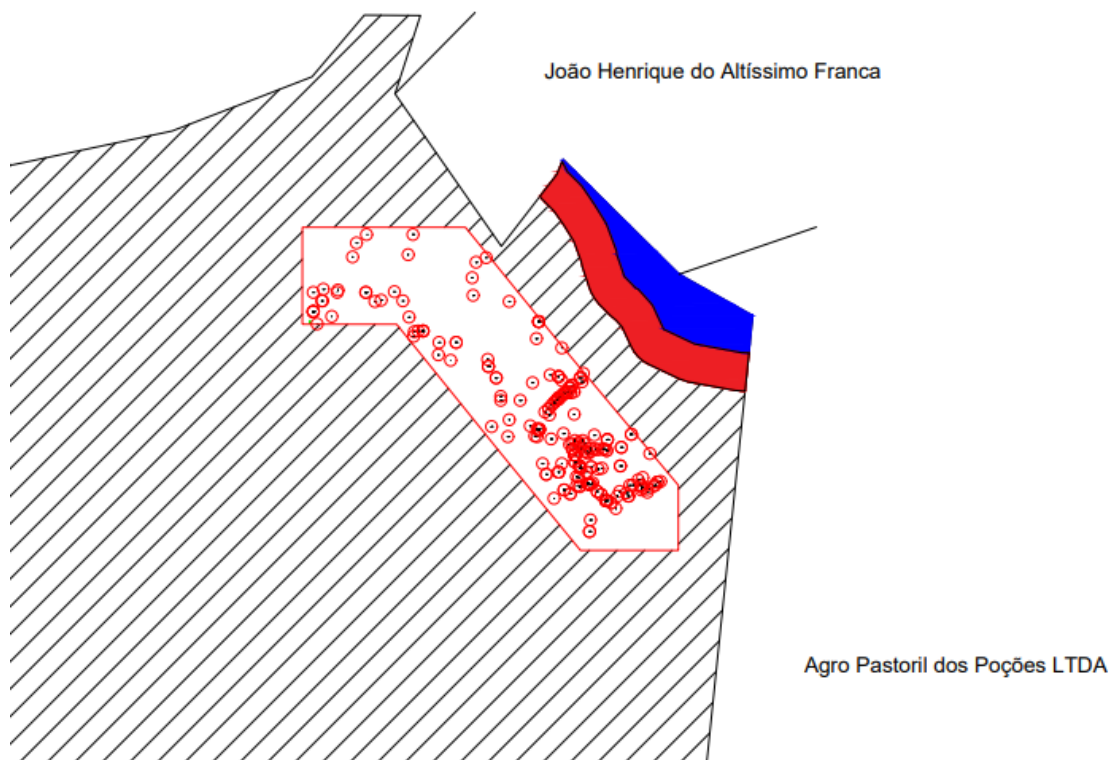


Figura 2: Recorte da planta topográfica apresentada - Área consolidada (polígono hachurado) e área de preservação permanente (polígono vermelho) e lagoa (polígono azul) e área de interesse de supressão (polígono linha vermelha) e árvores a serem suprimidas (pontos vermelhos).

Tendo em vista as legislações existente e vigente para a proteção de áreas de preservação permanente em imóveis rurais com rios, nascentes, lagos, lagoas e represas, é de obrigatoriedade do proprietário do imóvel manter a vegetação situada em APP's dentro da propriedade.

Contudo, a área de preservação permanente possui largura indicada de 50 metros, mas sem a presença de vegetação nativa.

No quesito de restrições ambientais a Potencialidade de ocorrência de cavidades foi muito alto a Vulnerabilidade Natural foi muito alta. Além disso a atividade a ser desenvolvida não atinge o solo em grande profundidade, não interferindo em cavidades, caso venham a existir. Com relação a vulnerabilidade natural espera-se que com as medidas mitigadoras apresentadas os possíveis impactos ambientais sejam reduzidos.

Analisando a área requerida para o corte de árvores isoladas verifica-se que a mesma é passível de aprovação. A área possui aptidão para o fim a que se destina, devido a topografia e insolação.

O requerimento é para instalação uma usina com capacidade total de 2,5 MW. Salienta-se que a atividade com capacidade produtiva inferior a 5 MW é Dispensada de Licenciamento, se aplicando ao empreendimento.

A propriedade em questão possui dois registro de imóvel, sendo áreas contíguas e complementares, sendo cadastradas em um único CAR de área total de 150,1654 hectares. A reserva legal propostas no CAR com vegetação de cerrado estão preservadas representando área total de 20,1668 hectares para preservação.

Foi encontrada apenas uma espécie imune de corte, sendo o pequi. Pela supressão das 16 árvores de pequi o requerente optou pelo pagamento em pecúnia para cumprir com a compensação. Será necessário o pagamento de 100 UFEMG's por árvore, ou seja, 1600 (um mil e seiscentos) UFEMG's, conforme PIA apresentado (SEI 51396325).

O rendimento lenhoso esperado é de 6,7412 m³ de lenha nativa e de 49,0608 m³ de madeira, o qual será utilizado na própria propriedade/empreendimento.

Quanto a reposição florestal o pagamento será em pecúnia, referente a 55,8020 m³, resultando em um taxa de reposição no valor de R\$ 1.597,15.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Segundo Projeto de Intervenção Ambiental (Documento 51396263):

Impactos ambientais

- Remoção da vegetação nativa existente.

- Compactação do solo.

Medidas Mitigadoras

- Uso de boas práticas de manejo de supressão.
- Utilização de técnicas de redução do escoamento superficial.

6. CONTROLE PROCESSUAL

-

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do corte e aproveitamento de 223 árvores isoladas nativas vivas em área de 8,7 ha, localizada na propriedade "CERRADINHO", "PINDAIBAS", "CAPÃO DO VITOR" E "POÇÕES", no município de Jequitibá, com a finalidade de instalação de uma usina solar fotovoltaica sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado a uso interno no imóvel. Fica vinculado ao cumprimento das condicionantes e medidas propostas.

Rendimento lenhoso estimado: 6,7412 m³ de lenha nativa 49,0608m³ de madeira nativa. Total para fins de reposição florestal: 55,8020 m³.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação aos órgãos ambientais competentes tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Centro Norte, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados neste processo, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Autorização em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Devido a supressão dos 16 indivíduos de pequi será necessária a compensação. O requerente optou pelo pagamento em pecúnia. Será necessário o pagamento de 1600 (Um mil e seiscentos) UFEMG's.

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Não se enquadra

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ (x) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

☐ () Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ () Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Recolher 100 Ufemgs (cem Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais), para cada uma das 16 (dezesseis) espécies de pequis à Conta Recursos Especiais a Aplicar, de que trata o art. 50 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, conforme previsão contida nas Lei Estadual 10.883/1992, a qual foi alterada pela Lei Estadual 20.308/2012.	Antes da entrega da autorização

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

☐ () COPAM / URC ☒ (x) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: MARIA CAROLINA BRAGA SANTOS
MASP: 1.530.576-6

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:
MASP:



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Braga Santos, Servidor (a) Público (a)**, em 29/09/2022, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **53063582** e o código CRC **F75D599C**.

Referência: Processo nº 2100.01.0036160/2022-91

SEI nº 53063582